

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	12
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	14
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	39
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.421
Preferenciais	24.539
Total	36.960
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	189.648	175.016
1.01	Ativo Circulante	127.288	103.841
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.165	1.214
1.01.01.01	Disponibilidades	1.165	1.214
1.01.03	Contas a Receber	73.593	62.059
1.01.03.01	Clientes	73.593	62.059
1.01.03.01.01	Clientes	72.092	60.238
1.01.03.01.02	Créditos diversos	1.501	1.821
1.01.04	Estoques	48.626	35.383
1.01.06	Tributos a Recuperar	596	596
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	596	596
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.163	3.539
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	145	1.050
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	145	1.050
1.01.08.01.01	Adiantamento a fornecedores	145	1.050
1.02	Ativo Não Circulante	62.360	71.175
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.720	15.323
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.023
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.023
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	828	10.713
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	828	10.713
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.892	3.587
1.02.01.09.03	Outros	2.892	3.587
1.02.02	Investimentos	7.975	8.715
1.02.02.01	Participações Societárias	7.975	8.715
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.861	7.658
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.114	1.057
1.02.03	Imobilizado	42.724	40.642
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	42.724	40.642
1.02.04	Intangível	7.941	6.495
1.02.04.01	Intangíveis	7.941	6.495

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	189.648	175.016
2.01	Passivo Circulante	48.160	38.329
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.229	5.221
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.229	5.221
2.01.02	Fornecedores	16.226	12.027
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.754	10.023
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.472	2.004
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.967	5.802
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.967	5.802
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.967	5.802
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.165	12.226
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.026	11.028
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.859	6.822
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.167	4.206
2.01.04.02	Debêntures	1.139	1.198
2.01.05	Outras Obrigações	1.573	3.053
2.02	Passivo Não Circulante	106.031	102.255
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	49.254	46.023
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.727	32.849
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.727	32.849
2.02.01.02	Debêntures	12.527	13.174
2.02.02	Outras Obrigações	35.577	35.918
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	611	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	611	0
2.02.02.02	Outros	34.966	35.918
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	34.966	35.918
2.02.04	Provisões	21.200	20.314
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.918	3.909
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.918	3.909
2.02.04.02	Outras Provisões	17.282	16.405
2.02.04.02.04	Provisão para Perdas em Investimentos	17.282	16.405
2.03	Patrimônio Líquido	35.457	34.432
2.03.01	Capital Social Realizado	32.340	32.340
2.03.02	Reservas de Capital	2.286	75.367
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.028	-73.078
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-197	-197

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.537	53.564
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.031	-29.817
3.03	Resultado Bruto	21.506	23.747
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.340	-17.801
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.841	-15.625
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.089	-1.963
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	270	753
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-2.574
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.680	1.608
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.166	5.946
3.06	Resultado Financeiro	-138	-739
3.06.01	Receitas Financeiras	1.845	538
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.983	-1.277
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.028	5.207
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.028	5.207
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.028	5.207
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02780	0,14090
3.99.01.02	PN	0,02780	0,14090

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-17.829	9.911
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.002	5.666
6.01.01.01	Resultado do Exercício Antes dos Impostos	1.028	5.207
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	-1.587	1.132
6.01.01.03	Resultado Equivalencia Patrimonial	1.680	-1.608
6.01.01.04	Ajuste acumulado de Conversão	0	-76
6.01.01.05	Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	-96	1.011
6.01.01.06	Despesas de Juros sobre Empréstimos	977	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.831	4.245
6.01.02.01	(Aumento)Redução em Contas a Receber	-11.854	956
6.01.02.02	(Aumento)Redução em Estoques	-13.243	-3.547
6.01.02.03	(Aumento)Redução em Impostos a Recuperar	0	52
6.01.02.04	(Aumento)Redução em Despesas Antecipadas	376	-613
6.01.02.05	(Aumento)Redução em Outros Ativos	2.942	769
6.01.02.06	Aumento(Redução) em Fornecedores	2.984	2.166
6.01.02.07	Aumento(Redução) em Salários e Encargos Sociais	1.007	528
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	-1.787	307
6.01.02.09	Aumento(Redução) em Outros Passivos	-256	3.627
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.939	-2.067
6.02.01	Adições de Imobilizado e Intangível	-1.939	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	19.817	-8.521
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	17.023	12.305
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	20.406	745
6.03.03	Pagamento de Empréstimos de Terceiros	-7.727	-17.905
6.03.04	Pagamento de Empréstimos de Partes Relacionadas	-9.885	-3.666
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	49	-677
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.165	963
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.214	286

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-73.275	0	34.432
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-73.275	0	34.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	831	0	831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.028	0	1.028
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-197	0	-197
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-197	0	-197
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-73.081	0	73.275	0	194
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-73.081	0	73.275	0	194
5.07	Saldos Finais	32.340	2.286	0	831	0	35.457

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.724	0	-85.894	0	22.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.724	0	-85.894	0	22.170
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-129	0	5.207	0	5.078
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.207	0	5.207
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-129	0	0	0	-129
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	-129	0	0	0	-129
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6	0	8	0	2
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-6	0	8	0	2
5.07	Saldos Finais	32.340	75.589	0	-80.679	0	27.250

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	57.881	62.028
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	57.502	61.116
7.01.02	Outras Receitas	270	753
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	109	159
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.475	-34.261
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.736	-15.990
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.739	-18.271
7.03	Valor Adicionado Bruto	23.406	27.767
7.04	Retenções	-1.587	-1.251
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.587	-1.251
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.819	26.516
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	165	2.146
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.680	1.608
7.06.02	Receitas Financeiras	1.845	538
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.984	28.662
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.984	28.662
7.08.01	Pessoal	12.009	11.991
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.301	10.660
7.08.01.02	Benefícios	1.186	879
7.08.01.03	F.G.T.S.	522	452
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.964	7.579
7.08.02.01	Federais	5.108	5.181
7.08.02.02	Estaduais	1.856	2.398
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.983	3.885
7.08.03.01	Juros	1.800	1.277
7.08.03.02	Aluguéis	183	34
7.08.03.03	Outras	0	2.574
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.028	5.207
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.028	5.207

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	204.347	178.747
1.01	Ativo Circulante	145.584	121.819
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.400	7.706
1.01.01.01	Disponibilidades	2.400	7.706
1.01.03	Contas a Receber	76.117	59.927
1.01.03.01	Clientes	76.117	59.927
1.01.03.01.01	Clientes	72.688	58.103
1.01.03.01.02	Cresditos Diversos	3.429	1.824
1.01.04	Estoques	57.505	45.619
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.895	2.265
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.895	2.265
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.821	4.017
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.846	2.285
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.846	2.285
1.01.08.01.01	Adiantamento a Fornecedores	1.846	2.285
1.02	Ativo Não Circulante	58.763	56.928
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.390	5.617
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.299
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.299
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.390	4.318
1.02.01.09.03	Outros	3.390	4.318
1.02.02	Investimentos	1.114	1.057
1.02.02.01	Participações Societárias	1.114	1.057
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.114	1.057
1.02.03	Imobilizado	44.472	42.174
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	44.472	42.174
1.02.04	Intangível	9.787	8.080
1.02.04.01	Intangíveis	9.787	8.080

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	204.347	178.747
2.01	Passivo Circulante	67.544	41.447
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.684	5.668
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.684	5.668
2.01.02	Fornecedores	22.067	5.297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.220	4.291
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	6.847	1.006
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.178	6.923
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.178	6.923
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.178	6.923
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	31.939	20.311
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	30.800	19.113
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.633	14.907
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.167	4.206
2.01.04.02	Debêntures	1.139	1.198
2.01.05	Outras Obrigações	1.676	3.248
2.01.05.02	Outros	1.676	3.248
2.02	Passivo Não Circulante	101.100	102.601
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	51.754	52.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	39.227	39.165
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	39.227	39.165
2.02.01.02	Debêntures	12.527	13.174
2.02.02	Outras Obrigações	45.426	46.354
2.02.02.02	Outros	45.426	46.354
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	45.426	46.354
2.02.04	Provisões	3.920	3.908
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.920	3.908
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.920	3.908
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	35.703	34.699
2.03.01	Capital Social Realizado	32.340	32.340
2.03.02	Reservas de Capital	2.286	75.367
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.028	-73.078
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-197	-198
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	246	268

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.606	55.451
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.070	-29.113
3.03	Resultado Bruto	24.536	26.338
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.518	-20.544
3.04.01	Despesas com Vendas	-18.146	-17.256
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.628	-2.709
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	257	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-579
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.018	5.794
3.06	Resultado Financeiro	-966	-588
3.06.01	Receitas Financeiras	1.867	542
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.833	-1.130
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.052	5.206
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.052	5.206
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-24	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-24	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.028	5.206
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.052	5.206
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.268	10.601
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	249	8.320
6.01.01.01	Resultado do Exercício Antes dos Impostos	1.028	5.207
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	-1.660	1.132
6.01.01.03	Resultado da Equivalencia Patrimonial	-1	72
6.01.01.04	Ajuste Acumulado de Conversão	1	-130
6.01.01.05	Variações Cambias e Monetárias Líquidas	-96	1.011
6.01.01.06	Despesas de Juros Sobre Empréstimos	977	0
6.01.01.07	Provisões	0	1.028
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.517	2.281
6.01.02.01	(Aumento)Redução em Contas a Receber	-14.585	4.297
6.01.02.02	(Aumento)Redução em Estoques	-11.886	-5.081
6.01.02.03	(Aumento)Redução em Impostos a Recuperar	-630	-28
6.01.02.04	(Aumento)Redução em Despesas Antecipadas	-804	-606
6.01.02.05	(Aumento)Redução em Outros Ativos	-1.166	1.370
6.01.02.06	Aumento(Redução)em Fornecedores	15.555	1
6.01.02.07	Aumento(Redução) em Salários e Encargos Sociais	1.019	-1.126
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	-2.673	510
6.01.02.09	Aumento(Redução) em Outros Passivos	-347	2.944
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.346	2.361
6.02.01	Adições de Imobilizado e Intangível	-2.346	2.361
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12.308	-10.464
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	17.023	7.190
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	20.406	745
6.03.03	Pagamento de Empréstimos de Terceiros	-7.727	-17.906
6.03.04	Pagamento de Empréstimos de Terceiros	-17.394	-493
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.306	2.498
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.707	2.372
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.401	4.870

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-73.276	0	34.431	268	34.699
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-73.276	0	34.431	268	34.699
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	831	0	831	-22	809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.028	0	1.028	-22	1.006
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-197	0	-197	0	-197
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-197	0	-197	0	-197
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-73.081	0	73.276	0	195	0	195
5.07	Saldos Finais	32.340	2.286	0	831	0	35.457	246	35.703

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.724	0	-85.894	0	22.170	0	22.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.724	0	-85.894	0	22.170	0	22.170
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-129	0	5.207	0	5.078	0	5.078
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.207	0	5.207	0	5.207
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-129	0	0	0	-129	0	-129
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	-129	0	0	0	-129	0	-129
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6	0	8	0	2	0	2
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-6	0	8	0	2	0	2
5.07	Saldos Finais	32.340	75.589	0	-80.679	0	27.250	0	27.250

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	63.464	63.466
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	63.082	63.307
7.01.02	Outras Receitas	273	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	109	159
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.160	-37.392
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.719	-16.930
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.441	-20.462
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.304	26.074
7.04	Retenções	-1.660	-1.251
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.660	-1.251
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.644	24.823
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.902	542
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.864	542
7.06.03	Outros	39	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.546	25.365
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.546	25.365
7.08.01	Pessoal	13.054	11.991
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.275	10.660
7.08.01.02	Benefícios	1.239	879
7.08.01.03	F.G.T.S.	540	452
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.500	7.579
7.08.02.01	Federais	5.404	5.181
7.08.02.02	Estaduais	2.096	2.398
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.964	588
7.08.03.01	Juros	2.421	588
7.08.03.02	Aluguéis	264	0
7.08.03.03	Outras	279	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.028	5.207
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.028	5.207

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Análise e Discussão Gerencial

Evolução da Receita Bruta, Margem e Perspectivas

No primeiro trimestre de 2011 a Receita Bruta não evoluiu de acordo com nossa expectativa, ficando praticamente no mesmo patamar do primeiro trimestre de 2010.

A margem bruta no primeiro trimestre de 2011 foi de 44,12% ante a 47,50% no primeiro trimestre de 2010.

A marca que escreve sua história através do apoio incondicional ao esporte, que apresenta excelente performance em pesquisas de recall junto a clientes e consumidores, que é endossada pelas principais federações, confederações, clubes e atletas pela inovação e qualidade reconhecida de seus produtos, continua focada em ampliar seus territórios, nacionais e internacionais, respaldada por um planejamento estratégico sólido e com visão de longo prazo.

O contexto esportivo nacional se mostra muito favorável à nossa Companhia, que durante os próximos anos encontrará um mercado aquecido – acima dos anos anteriores e da média dos outros mercados, em virtude da realização, no Brasil da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Diante deste ciclo virtuoso de crescimento, o plano da Cambuci é direcionar adequadamente seus investimentos em ampliação e modernização das fábricas, implantação de inteligência estratégica na cadeia de suprimentos, pesquisa e inovação, reestruturação comercial, treinamento e capacitação de profissionais – em todos os níveis; para continuar se destacando como um importante player esportivo e atender eficientemente a nova realidade de mercado, através de uma real proposta de diferenciação de marca e valor agregado em produto, ampliando sua atuação em território nacional e internacional, com conseqüente aumento da margem de contribuição.

No caso da Penalty, o planejamento citado prevê o reposicionamento completo da marca no ano de 2011. No caso da Stadium, a consolidação do realinhamento iniciado em 2010, que se mostrou muito acertado, conforme performance de resultado obtida durante o ano.

Somando a estas informações as otimistas perspectivas econômicas e sociais do Brasil, que incluem a continuação da escalada das classes D e E, a geração de empregos, os aumentos salariais, o crescimento da PIB, entre outros, reforça nossa crença de que os resultados apresentado por esta Companhia continuarão numa espiral positiva, para a qual estamos devidamente preparados.

Diante do exposto as vendas do primeiro trimestre foram marcadas por um mix de produtos da linha antiga com os produtos novos. Os estoques também tiveram um aumento significativo preparando a Companhia para a demanda da nova marca.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Cambuci S.A. é uma Companhia de capital nacional que tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de artigos esportivos, incluindo vestuários, bolas, calçados e outros artefatos.

A Empresa vem internacionalizando suas operações visando crescimento das vendas.

Com a melhora e confiança no cenário econômico tanto nacional quanto internacional, a empresa espera apresentar melhores resultados, com expectativa de encerrar o exercício com lucro.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais (ITR) individuais da controladora referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2011 e de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 06 de maio de 2011.

A preparação das informações trimestrais da controladora e consolidadas requer o uso de premissas e estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As áreas que envolvem maior nível julgamento e/ou o uso de estimativas e premissas relevantes para as demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido

Notas Explicativas

ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superiores há um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados pelo valor justo).

As das informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, conforme requerido pela legislação brasileira vigente, sendo que para fins de IFRS estes investimentos deveriam ser avaliados a custo ou ao valor justo. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS's.

2.1 Bases de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação no capital social Direta	
	2011	2010
Controladas		
Latinline	100,00	100,00
Penalty Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile	76,00	24,00
Impar Paraguay	96,70	96,70
Era Sports Ltda.	99,99	99,99
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	99,99
Impar Mats. Esportivos Ltda.	98,00	98,00

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Notas Explicativas

2.2 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. Adicionalmente, a receita é reduzida por impostos de venda, devoluções, abatimentos e outras provisões similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- a) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- b) A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos;
- c) O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade;
- d) É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a Companhia.
- e) Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade.

Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

2.3 Conversões de saldos denominados em moeda estrangeira

As informações referentes às controladas incluídas na consolidação são mensuradas usando-se a moeda do país em que a entidade opera (a moeda funcional). A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias analisando:

A moeda:

- i. Que mais influencia os preços de bens e serviços (geralmente, será a moeda na qual o preço de venda de seus produtos e serviços está expresso e acertado).
- ii. Do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços.
- iii. Que mais influencia mão de obra, material e outros custos para o fornecimento de produtos ou serviços (geralmente será a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).
- iv. Na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras.
- v. Na qual são normalmente acumulados valores recebidos de atividades operacionais.

Os seguintes fatores adicionais também foram considerados na determinação da moeda funcional da entidade no exterior:

- a) Se as atividades da entidade no exterior são desenvolvidas como uma extensão da Companhia e não com um grau significativo de autonomia;
- b) Se as transações com a Companhia são uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior;
- c) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da Companhia e se estão prontamente disponíveis para remessa a esta;

Notas Explicativas

d) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para cobrir dívidas existentes e esperadas sem necessidade de aporte de recursos pela Companhia.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos:

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Exceto quanto à conversão de saldos de investimentos de controladas no exterior, que são registrados diretamente em conta específica do patrimônio líquido, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

b) Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e os investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias), que têm moeda funcional diferente da moeda considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos conforme segue:

i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;

ii. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações no patrimônio durante o exercício corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas de ocorrência;

iii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;

iv. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Outros Resultados abrangentes".

2.4 Contas a receber de clientes

Estão representadas pelas vendas de produtos, contabilizadas pelos seus valores nominais, ajustados a valor presente, quando necessário, tendo como contrapartida as contas de receitas. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.5 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço

Notas Explicativas

médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.6 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.7 Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Notas Explicativas

2.8 Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.9 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares e marcas e patentes. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável,

Notas Explicativas

individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação

2.10 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 8).

2.11 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Notas Explicativas

2.12 Tributação

2.12.1 Tributo corrente

O tributo corrente a pagar está baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O passivo para imposto corrente é apurado com base nas alíquotas em vigor na data do balanço.

2.13 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração a taxa média ponderada nas captações de recursos dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a ativos e passivos, quando necessários, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.15 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

Práticas contábeis críticas são: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos

Notas Explicativas

negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão descritos os critérios mais significativos utilizados nas principais rubricas das demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda diferido

O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal.

b) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência prévia. Entretanto, a vida útil econômica real pode variar com base na atualização tecnológica ou outros fatores objetivos. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação desses ativos.

2.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.17 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são

Notas Explicativas

reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.18 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 3 - CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Mercado interno - terceiros	50.850	42.714	59.500	53.734
Mercado interno - controladas e coligadas	1.852	1.180	-	-
Mercado externo - terceiros	10.774	2.593	16.027	7.122
Mercado externo - controladas e coligadas	11.455	16.504	-	-
(-) Provisão de devedores duvidosos	(2.839)	(2.753)	(2.839)	(2.753)
	<u>72.092</u>	<u>60.238</u>	<u>72.688</u>	<u>58.103</u>

Notas Explicativas**NOTA 4 - ESTOQUE**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Produtos acabados	27.555	15.776	35.496	25.074
Produtos acabados em Transito	1.361	5.483	1.361	5.483
Produtos em elaboração	4.118	2.223	4.911	3.016
Matérias-primas	13.588	9.195	13.589	9.196
Matérias-primas em Trânsito	-	1.023	-	1.023
Material de manutenção	2.004	1.683	2.148	1.827
	<u>48.626</u>	<u>35.383</u>	<u>57.505</u>	<u>45.619</u>

NOTA 5 – PARTES RELACIONADAS

	31.03.2011	31.12.2010
	Ativo	Ativo
	(Passivo)	(Passivo)
Na controladora		
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Era Sports Ltda.	56	56
Cambuci Trust S.A	341	339
Impar Sports Ltda.	-	6.284
Penalty Argentina	-	3.641
Cambuci Importadora	307	301
Impar Paraguai	124	92
	<u>828</u>	<u>10.713</u>
No Resultado		
Receitas	2.474	14.458

Os saldos com partes relacionadas, classificados em “Partes relacionadas”, no Ativo não circulante, compostos abaixo, são referentes à contas-correntes operacionais entre as empresas do grupo, sem incidência de juros.

Notas Explicativas**NOTA 6 - INVESTIMENTOS**

Investimentos - ativo não circulante	Participações 2011 (%)	Controladora	
		31.03.2011	31.12.2010
LATINLINE	100,00%	1.663	1.730
PENALTY ARGENTINA S/A	95,00%	2.105	3.011
PENALTY CHILE	76,00%	951	987
PENALTY IBÉRIA	100,00%	7	-
IMPAR PARAGUAY	96,70%	2.134	1.930
		6.861	7.658
OUTROS INVESTIMENTOS		1.114	1.057
		7.975	8.715
Provisão para perdas - passivo não circulante			
ERA SPORTS LTDA	99,99%	(529)	(529)
CAMBUCI IMPORTADORA LTDA	99,99%	(10.568)	(10.520)
IMPAR MAT.ESP. LTDA	98,00%	(6.184)	(5.356)
		(17.282)	(16.405)
Resultado da Equivalência Patrimonial		31.03.2011	31.12.2010
ERA SPORTS LTDA	99,99%	-	(103)
LATINLINE	100,00%	21	100
PENALTY ARGENTINA S/A	95,00%	(781)	304
CAMBUCI TRUST S/A	30,00%	(1)	296
PENALTY CHILE	76,00%	6	(214)
IMPAR PARAGUAY	96,70%	(48)	(563)
CAMBUCI IMPORTADORA LTDA	99,99%	(49)	243
IMPAR MAT.ESP. LTDA	98,00%	(828)	(2.691)
		(1.680)	(2.628)

Notas Explicativas

NOTA 7 – IMOBILIZADO

	Controladora								
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de computação	Instalações	Móveis e utensílios	Outros ativos imobilizados	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldos em 31.12.10	114	10.648	43.458	5.155	13.786	3.751	3.211	1.012	81.135
Adições	-	-	1.094	172	99	557	326	4.746	6.994
Baixas	-	-	(148)	(97)	(41)	(13)	(1)	(3.145)	(3.445)
Saldos em 31.03.11	114	10.648	44.404	5.230	13.844	4.295	3.536	2.613	84.684
Depreciação									
Saldos em 31.12.10	-	(4.663)	(24.100)	(4.567)	(4.678)	(1.856)	(629)	-	(40.493)
Adições	-	(147)	(816)	(142)	(313)	(79)	(115)	-	(1.612)
Baixas	-	-	13	11	87	-	34	-	145
Saldos em 31.03.11	-	(4.810)	(24.903)	(4.698)	(4.904)	(1.935)	(710)	-	(1.467)
Saldos líquidos em 31.12.10	114	5.985	19.358	588	9.108	1.895	2.582	1.012	40.642
Saldos líquidos em 31.03.11	114	5.838	19.501	532	8.940	2.360	2.826	2.613	42.724
	Consolidado								
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de computação	Instalações	Móveis e utensílios	Outros ativos imobilizados	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldos em 31.12.10	114	10.648	44.990	5.155	13.786	3.751	3.211	1.012	82.667
Adições	-	-	1.310	172	99	557	326	4.746	7.210
Baixas	-	-	(148)	(97)	(41)	(13)	(1)	(3.145)	(3.445)
Saldos em 31.03.11	114	10.648	46.152	5.230	13.844	4.295	3.536	2.613	86.432
Depreciação									
Saldos em 31.12.10	-	(4.663)	(24.100)	(4.567)	(4.678)	(1.856)	(629)	-	(40.493)
Adições	-	(147)	(816)	(142)	(313)	(79)	(115)	-	(1.612)
Baixas	-	-	13	11	87	-	34	-	145
Saldos em 31.03.11	-	(4.810)	(24.903)	(4.698)	(4.904)	(1.935)	(710)	-	(41.960)
Saldos líquidos em 31.12.10	114	5.985	20.890	588	9.108	1.895	2.582	1.012	42.174
Saldos líquidos em 31.03.11	114	5.838	21.249	532	8.940	2.360	2.826	2.613	44.472

Notas Explicativas

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI mais 0,25% a 0,36%	22.204	10.975	37.478	25.376
Desenbahia - BNDES	TJLP	24.703	25.191	24.703	25.191
FINAME/FINEP	6% ao ano mais TJLP	1.582	1.501	1.582	1.501
Pró-indústria	IGPM mais 12% a.a.	2.097	2.004	2.097	2.004
		<u>50.586</u>	<u>39.671</u>	<u>65.860</u>	<u>54.072</u>
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	Variação cambial + juros de 13,44% aa	4.167	4.206	4.167	4.206
		<u>54.753</u>	<u>43.877</u>	<u>70.027</u>	<u>58.278</u>
Passivo circulante		18.026	11.028	30.800	19.113
Passivo não circulante		36.727	32.849	39.227	39.165

Desenbahia

Os financiamentos com a Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, com recursos provenientes do BNDES e FUNDESE. Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas pagas rigorosamente no seu vencimento.

Capital de giro

Em moeda nacional

Os valores relacionados à captação de recursos para capital de giro é composto por R\$ 7.135 mil do Banco ABC, R\$ 10.259 mil do Banco Fibra e R\$ 7.463 mil do Banco ABC S.A. na empresa Cambuci, R\$ 6.886 mil do Banco Daycoval na empresa Impar Sports, contas garantidas no montante de R\$ 5.686 mil com o Banco Bradesco na Impar Sports, todas essas operações sendo oferecidos recebíveis como garantia.

Em moeda estrangeira

Em junho de 1999, a empresa assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812, pertencentes à controlada Cambuci Trust S.A.

Em outubro de 2006, parte da dívida foi negociada, junto à empresa Galacross do Brasil Empreendimentos e Participações Ltda., a qual adquiriu a cessão do crédito junto ao o Banco Barclays & Galícia Limited. A Companhia através de instrumento

Notas Explicativas

particular de confissão de dívida celebrado em 10 de Outubro de 2006 reconheceu a legitimidade do débito junto a Galacross do Brasil Empreendimentos e Participações Ltda., a qual negociou a dívida com a Companhia.

NOTA 10 – DEBÊNTURES

Passivo circulante	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
DEBENTURES - NAO CONVERSIVEIS	INPC mais 8,5% a.a.	13.666	14.372	13.666	14.372
Passivo circulante		1.139	1.198	1.139	1.198
Passivo não circulante		12.527	13.174	12.527	13.174

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos e pela Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago mediante parcelas em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010 a Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, autos nº 000.02.000156-8, e à respectiva ação ordinária declaratória, a CAMBUCI pagará à POSTALIS, com a ANUÊNCIA EXPRESSA da FAIR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES LTDA., o valor de R\$ 18.479.425,92 (dezoito milhões quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos), que passa a ser o valor devido enquanto a CAMBUCI estiver adimplente com as obrigações ora estabelecido, da seguinte forma:

a) R\$ 3.112.719,46 (três milhões, cento e doze mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos) no dia 14 de outubro de 2010;

b) R\$ 15.076.667,42 (quinze milhões setenta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano

c) R\$ 290.039,04 (duzentos e noventa mil e trinta e nove reais e quatro centavos) relativos a ressarcimento de custas e outras despesas

Notas Explicativas

decorrentes de todos os litígios entre exeqüentes e executada, conforme informado no item 2, pago no dia 14 de outubro de 2010.

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Impostos e contribuições				
ICMS	220	110	8.222	8.144
PIS	110	90	110	228
COFINS	506	402	507	1.049
Outros	140	1.243	324	1.494
	<u>976</u>	<u>1.845</u>	<u>9.163</u>	<u>10.915</u>
Tributos parcelados				
REFIS - Lei 11.941/09	26.033	26.728	28.517	29.215
PPI do ICMS	12.917	13.133	12.917	13.133
ICMS	6	13	6	13
	<u>38.957</u>	<u>39.874</u>	<u>41.441</u>	<u>42.362</u>
	<u>39.933</u>	<u>41.720</u>	<u>50.604</u>	<u>53.277</u>
Passivo circulante	4.967	5.802	5.178	6.923
Passivo não circulante	34.966	35.918	45.426	46.354
	<u>39.933</u>	<u>41.720</u>	<u>50.604</u>	<u>53.277</u>

A Sociedade optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos juntos a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento irá proporcionar à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Atualmente, a Sociedade aguarda a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV e, até que ocorra esse evento, já cumpre com o pagamento de parcelas mínimas impostas por esse novo programa de parcelamento. A Sociedade finalizou a análise de prejuízos fiscais disponíveis para abatimento de dívidas no âmbito do REFIS IV e aguarda normatizações de seu uso por parte da Receita Federal do Brasil.

Resumo do Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo – PPI, em 31 de Março de 2011:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Impostos consolidados no PPI	13.547	13.881
(-) Parcelas pagas em 2007	(461)	(461)
(-) Parcelas pagas em 2008	(1.398)	(1.398)
(-) Parcelas pagas em 2009	(1.694)	(1.694)
(-) Parcelas pagas em 2010	(1.832)	(1.832)
(-) Parcelas pagas em 2011	(449)	-
Juros apropriados	<u>3.819</u>	<u>4.637</u>
	<u>11.532</u>	<u>13.133</u>
Passivo Circulante	1.986	1.944
Passivo não Circulante	10.931	11.189
	<u>12.917</u>	<u>13.133</u>

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas AGE/AGO realizada em 20 abril de 2010 foi aprovado o desdobramento das ações da seguinte forma: 36.960.000 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 12.420.600 ordinárias, com direito a voto e 24.539.400 preferenciais, sem direito a voto.

Em janeiro de 2011 a Companhia incorporou a reserva de capital ao prejuízo acumulado no valor de R\$ 73.275.

NOTA 13 - POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (de juros e de preço), risco de câmbio, risco de liquidez e de crédito.

Risco de juros – a empresa vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros através de negociações com as instituições financeiras, estas ações são decorrentes da estratégia adotada pela empresa.

Risco de câmbio – é realizado um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas e coligadas.

Notas Explicativas

Risco de liquidez – é realizada tendo em consideração indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo. A gestão de risco tem como objetivo realizar acompanhamento da liquidez e efetuar os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata e liquidez trimestral permitindo a gestão obter dados numa óptica global. As principais ações da Companhia estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

Risco de Crédito – Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional. A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente, acompanhando o limite de créditos concedidos aos clientes, acompanhar o nível de inadimplência tomando medidas necessárias para minimizar o impacto no caixa da Companhia.

NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Março de 2011 os instrumentos financeiros mantidos incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e empréstimos e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aqueles de mercado.

A Companhia ainda apresenta em 31 de Março de 2011, valores referentes a empréstimos, financiamentos, que por estarem vencidos e em processo de cobrança judicial não podem ser comparados aos valores de mercado.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuar transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos, bem como não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos financeiros de proteção – hedge.

NOTA 15 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade conforme instrução CVM 475 de 2008.

Notas Explicativas

QUADRO DEMONSTRATIVO DA ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Valores atrelados ao TJLP

<u>Operação/risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I 25%</u>	<u>Cenário II 50%</u>
Taxa efetiva anual do TJLP	6,00%	6,00%	6,00%
Passivo - Empréstimos	24.703	24.703	24.703
Taxa estimada de acordo com os cenários	6,00%	7,50%	9,00%
Efeito no Passivo Aumento	-	371	741

Valores atrelados ao CDI

<u>Operação/risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I 25%</u>	<u>Cenário II 50%</u>
Taxa efetiva anual da CDI mais 0,25% a 0,36% a a	10,74%	10,74%	10,74%
Passivo - Empréstimos	22.204	22.204	22.204
Taxa estimada de acordo com os cenários	10,74%	13,43%	16,11%
Efeito no Passivo Aumento	-	597	1.192

Valores atrelados ao INPC

<u>Operação/risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I 25%</u>	<u>Cenário II 50%</u>
Taxa efetiva anual do INPC + 8,5% a.a	6,84%	6,84%	6,84%
Passivo - Empréstimos	13.666	13.666	13.666
Taxa estimada de acordo com os cenários	6,84%	8,55%	10,26%
Efeito no Passivo Aumento	-	234	467

Valores atrelados a tabela IGPM

<u>Operação/risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I 25%</u>	<u>Cenário II 50%</u>
Taxa efetiva anual do IGPM + 12% a.a juros	12,66%	12,66%	12,66%
Passivo - Empréstimos	2.097	2.097	2.097
Taxa estimada de acordo com os cenários	12,66%	15,82%	18,99%
Efeito no Passivo Aumento	-	66	133

Valores atrelados a Variação cambial

<u>Operação/risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário I 25%</u>	<u>Cenário II 50%</u>
Taxa efetiva anual Variação cambial	1,6287	1,6287	1,6287
Passivo - Empréstimos	4.167	4.167	4.167
Taxa estimada de acordo com os cenários	1,6287	2,0359	2,4431
Efeito no Passivo Aumento	-	1.041	2.083

Notas Explicativas

NOTA 16 - SEGUROS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - SEM RESSALVA

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cambuci S/A
São Paulo, SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cambuci S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Íterim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Íterim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cambuci S/A
São Paulo, SP

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cambuci S/A, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seriam avaliadas ao custo ou ao valor justo.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Companhia aderiu, durante o exercício de 2009, ao programa de parcelamento instituído pela Lei 11941/09 referentes aos débitos tributários e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Atualmente, a Companhia aguarda a homologação e consolidação dos débitos incluídos no referido parcelamento.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cambuci S/A
São Paulo, SP

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

As Informações Trimestrais - ITR incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, obtidas das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010, obtidas das correspondentes Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010. O exame das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 e a revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2010 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios com datas de 23 de março de 2011 e 21 de maio de 2010, respectivamente, contendo ênfase sobre o aguardo da homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil da adesão da Companhia ao programa de parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, havendo saldos contábeis divergentes dos saldos apresentados nos extratos da dívida consolidada.

São Paulo, SP, 10 de maio de 2011

GF AUDITORES INDEPENDENTES Marco Antonio Gouvêa de Azevedo
GRUPO GORIOUX FARO Contador
CRC 2SP 025248/O-6 CRC 1SP 216678/O-6